

No Distrito Federal, existem pelo menos 19 áreas ocupadas irregularmente, além de sete outras cobçadas por grileiros. A história se repete, sem que se vislumbre uma solução definitiva nem a curto nem a longo prazo

Invasões sem fim

LEANDRO RISA E RENATO ALVES DA EQUIPE DO CORREIO

O enredo da história de grandes invasões de áreas públicas no Distrito Federal, como a Estrutural, o Varjão e o Itapoá, se repete em pelo menos 16 áreas. Famílias de baixa renda resistem às tentativas do governo de retirar as moradias improvisadas na expectativa de ter o terreno legalizado. Em alguns pontos, os barracos de lona já deram lugar a casas de alvenaria. Construções que tornam a ainda mais difícil a remoção. A estratégia tem dado certo para muita gente. Tanto que alguns desses lotes começam a ter valor comercial. São vendidos sem amparo legal e passam a ser ocupados por famílias de classe média. Além disso, há sete grandes áreas cobçadas por grileiros, especuladores e lideranças comunitárias, que incitam ocupações em massa, interessados em benefícios próprios.

Das 16 invasões apontadas como as mais críticas pelo Sistema Integrado de Vigilância do Uso do Solo (Siviso), em função do tempo de ocupação e da resistência dos invasores, 10 estão no Plano Piloto (leia mais). Apesar de localizarem-se em área nobre, elas são formadas por catadores de papéis. A maioria é escondida pelo cerrado de reservas ambientais, que deveriam ter entrada de pessoas restrita para a preservação de nascentes. A classe média brasileira não deixa por menos. Moradores assalariados tentam transformar outras seis áreas públicas, destinadas à produção agrícola, em condomínios residenciais, como ocorreu em Vicente Pires.

Para tentar frear os invasores, o governo anuncia a liberação de 10 loteamentos de baixa renda até o fim do próximo ano. Eles serão destinados a famílias inscritas nos programas sociais do GDF. Mas nem todos que têm o nome nas listas estão aptos a ganhar um lote. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) está prestes a concluir pesquisa sobre os candidatos. Em uma prévia, os técnicos descobriram que pouco mais de 35 mil dos 100 mil inscritos se adequam às exigências. A maioria tem renda alta ou moradia própria. Eles não atualizaram seus dados ou tentam receber o benefício de forma ilegal.

Resistência

Entre janeiro de 2003 e agosto de 2005, o Siviso derrubou 26,2 mil barracos e 1.084 casas. É quase o número de domicílios do Gama, sétima maior cidade do DF. Isso não significa que o Distrito Federal está protegido dos grileiros e invasores. Fiscais do Siviso tentaram acabar com a invasão do Grêmio, nos fundos da QE 44 do Guará 2, 78 vezes nos últimos 11 meses. Ao todo, 1.577 barracos foram desmontados. No entanto, até a última sexta-feira, os invasores continuavam no local.

São 90 famílias que vivem das sobras dos moradores da capital federal. Passam os dias em carroças, à procura de papel e ferro para revenderem.

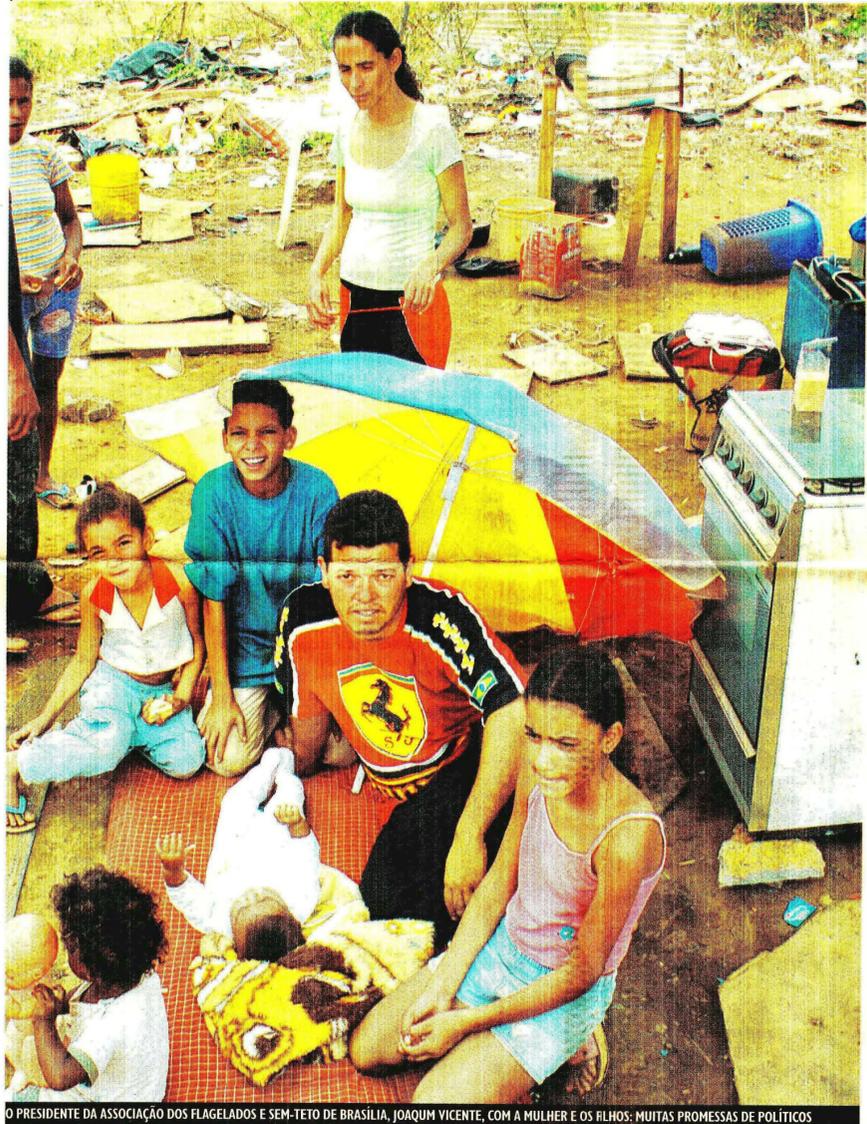
Uma dessas famílias é a do carioca Joaquim Vicente Pereira Júnior, 26 anos. Antes de vir para Brasília, ele morava no Morro do Cruzeiro, no Rio de Janeiro. Há oito anos, chegou ao DF com a mulher e três filhos pequenos. Com ensino médio completo, Júnior disse que, por três anos, trabalhou para uma empresa de segurança privada. A família vivia de aluguel, no Areal, em Taguatinga. Com a demissão de Júnior, eles foram despejados da casa. Venderam o pouco que tinha e decidiram comprar um cavalo e uma carroça. O vigilante virou catador de papel e teve o destino da maioria dos colegas.

Júnior mudou-se para a invasão do Grêmio. A família aumentou com o nascimento de Letícia, de sete meses. O bebê saiu do hospital direto para o barraco, que teve de ser desmontado no fim de semana passado, na presença de agentes do Siviso. "Desmontamos porque eles apreendem a madeira e a lona. Mas montamos logo depois que os fiscais foram embora. Só saio daqui e me deram um lugar para viver. Muitos políticos já prometeram isso", diz o rapaz. Pelas suas contas, o Siviso o tentou retirar os invasores 182 vezes, em cinco anos. Com ajuda de um advogado, que, segundo Júnior, aparece de vez em quando para ajudar, o catador de papel montou uma associação para reivindicar a área.

O aluguel de uma casa de fundos no Guará, com dois cômodos, custa R\$ 350. Muito para um pai de família que ganha pouco mais que um salário mínimo, como Júnior e os demais catadores de papel. No entanto, segundo o diretor do Siviso, tenente-coronel Sérgio Augusto Pühle, mais da metade das famílias que moram nas áreas verdes do DF e sobrevivem da coleta de papel têm domicílios no Entorno. "A grande maioria tem para onde ir. No final de semana, as invasões esvaziam. O problema é que elas não têm como ganhar a vida fora do centro (o Plano Piloto)", explica. Ele não estima quantas famílias ocupam essas áreas, mas, diariamente, dezenas de barracos são derrubados e reconstruídos logo que os fiscais viram as costas. Na manhã da última quinta-feira, o Siviso retirou 44 barracos do Parque Burle Marx e do Setor de Clubes Norte.

O pesquisador José Carlos Coutinho, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (UnB), chama esse fenômeno de invasão social. "Essas pessoas precisam trabalhar. Como não têm trabalho fora do DF, se submerem a viver dessa maneira", comenta. A razão do problema, na avaliação de Coutinho, está na falta de planejamento do governo do DF. "É o mesmo que acontece com a classe média. Sem ter com o morar no Plano, busca solução nos condomínios, que são loteamentos. O governo fechou os olhos para um problema que todos viam que aconteceria."

José Varella/CB/25.9.05



O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS FLAGELADOS E SEM-TETO DE BRASÍLIA, JOAQUIM VICENTE, COM A MULHER E OS FILHOS; MUITAS PROMESSAS DE POLÍTICOS

ÁREAS INVADIDAS

O Distrito Federal tem três diferentes tipos de invasão. As feitas por catadores de papel, as promovidas por grileiros e as realizadas em massa, por meio de movimentos sociais desonestos. No GDF, o DF tem 23 áreas críticas. Na avaliação do Siviso, as mais problemáticas são as griladas



Fonte: Siviso

Arte: Anderson Araújo

MORADIA		
A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) planeja abrir 18 loteamentos para famílias baixa e média rendas em 2005 e 2006. As obras dependem de licenças ambientais. Confira a previsão para cada um deles.		
Localidade	Capacidade	Situação
Cidade Ocidental Terreno da Seduh (*)	2 mil lotes	Em estudo
Guará QE 48 (***) Jockey Club	1,8 mil habitações 40 mil habitantes	Obras devem começar até fim de 2005 Obras devem começar até fim de 2006
ParkWay Setor Catetinho	40 mil habitantes	Obras previstas para 2006
Planaltina Setor Oeste (*) Setor Leste (*)	1,5 mil lotes 1,5 mil lotes	Assentamento em 2006 Assentamento em 2006
Plano Piloto Setor Noroeste (**)	40 mil habitantes	Previsão de liberação das obras em 2006
Recanto das Emas Quadras 900 (*)	1,2 mil lotes	Distribuição de lotes em 2006
Riacho Fundo 1 Etapa (*) 2 Etapa (*)	Número de beneficiados e prazo não divulgados Número de beneficiados e prazo não divulgados	
Sambamba Linhação (Margens da linha do Metrô) (*) Expansão do Setor Residencial Oeste (*) Programa de Arrendamento Residencial (***)	2 mil habitantes 2 mil habitantes	Número de beneficiados e prazo indefinidos
Santa Maria Setor Residencial Meireles (*) Programa de Arrendamento Residencial (***)	Em estudo	
São Sebastião Setor Mangueiral (*) Vila Militar (***)	Número de beneficiados e prazo não divulgados 25 mil habitantes	Obras previstas para começar em dezembro de 2005
Sobradinho Expansão do DNOCS (*)	Número de beneficiados e prazo não divulgados	

* Serão beneficiadas as famílias de baixa renda inscritas em programas habitacionais do GDF
 ** Áreas destinadas a empreendimentos de construções voltadas para famílias de média renda
 *** Área destinada a empreendimentos para famílias de média renda e doações de lotes da Seduh
 **** Setor destinado a bombeiros e policiais militares que ganharam os lotes do governo.
 ***** Destinados ao Programa de Arrendamento Residencial, realizado em parceria com a Caixa Econômica Federal, e que oferece apartamentos às famílias até seis salários-mínimos

UMA FILA DE 100 MIL PESSOAS

Na lista da demanda por moradia de baixa renda, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) registra 100 mil candidatos a um lote no Distrito Federal. "Mas a lista não reflete o universo real de pessoas que estão em condição de serem atendidas pela política habitacional. Quando convocados, cerca de dois terços não se enquadram nos critérios da Política Habitacional de Interesse Social", revela a secretária Diana Mota. Pouco mais de 35 mil inscritos estão em condições de se habilitarem aos programas habitacionais do governo do DF.

As pessoas que ficarem na lista poderão receber um dos oito mil lotes previstos para serem entregues até o fim do governo Joaquim Roriz, no ano que vem. Só em 2004, quatro mil pessoas foram beneficiadas. Diana Mota alega que a doação de lotes não é demagogia, mas uma necessidade. "O déficit habitacional não é um problema nacional. Aqui no Distrito Federal, estamos tentando resolvê-lo dentro da legalidade". Ela acrescenta que a previsão do governo é de que a população do DF dobre até 2035.

Até o fim do ano, por meio de normas criadas por técnicos da Seduh, o governo enviará à Câmara Legislativa projeto de lei para simplificar e apressar os procedimentos de regulamentação dos parcelamentos em áreas públicas. "Se aprovado, o que hoje leva dez anos, poderá ser resolvido em um ano. Assim, vamos evitar a especulação em áreas informais", pondera. No DF, existem 380 condomínios irregulares — cerca de 60% em áreas particulares, segundo a Seduh.

Como a classe média invade

As paredes são erguidas em poucas semanas. O chão não tem cerâmica e os tijolos vermelhos ainda estão todas à vista. Mas os móveis já estão cada um no seu lugar. Essa é tática dos invasores de classe média, gente que procura se fixar de qualquer maneira em áreas rurais do DF. É o tipo de invasão que, atualmente, mais dá trabalho para os agentes do Sistema Integrado de Vigilância do Solo (Siviso). Existem sete regiões que o órgão julga serem extremamente problemáticas. A batalha para derrubar um muro chega a durar horas. Essas pessoas sonham em transformar, na marra, o lugar onde vivem em condomínios, a exemplo de Vicente Pires.

A invasão que mais preocupa o Siviso é a da Colônia Agrícola Sucupira, no Riacho Fundo. O terreno onde havia 50 chácaras até 10 anos, hoje tem 1,5 mil imóveis prontos ou em construção. Cerca de cinco mil pessoas moram lá, segundo estimativa do Siviso. Casas simples, sem reboco, se misturam a imóveis de acabamento de luxo, com garagens amplas e piscinas. Algumas delas se fecharam em pequenos condomínios. "Muita gente acredita que assim terá seu terreno legalizado mais rápido", explica a presidente da Associação dos Produtores Rurais e Moradores da Colônia Agrícola Sucupira (Aspreas), Silvana França, 36 anos.

Silvana mora na invasão há 20 anos. Na chácara de 20 mil metros quadrados, para onde se mudou com os pais em 1985, há hoje oito casas e uma escola pré-primária, onde estudam 50 crianças. A escola pertence a Silvana, que diz manter o estabelecimento em funcionamento, graças a uma liminar da Justiça. O padastro dela, Francisco José Saldanha, 50 anos, é um dos pioneiros do local. Ele ganhou a chácara em 1979. O terreno foi dado pelo patrão, dono da Fazenda Sucupira, que faz divisa

Foto: Edilson Rodrigues/CB/29.9.05



FRANCISCO SALDANHA, NA COLÔNIA SUCUPIRA; PIONEIRO



KELLY GEANE RIBEIRO QUER A CASA PRONTA EM 15 DIAS

com a invasão. "Ele deu uma chácara para cada um dos 39 empregados. Mandou até limpar os terrenos com trator, mas depois descobriu que eles pertenciam à Terracap", lembra Saldanha.

Ainda assim, Saldanha e os antigos colegas da fazenda decidiram ficar. Apenas quatro empregados continuaram com suas chácaras. O resto vendeu as terras, mesmo não sendo os donos legais. As chácaras foram parceladas e deram origem ao grande loteamento, que hoje conta com asfalto, água e luz do governo, apesar da ilegalidade e de ninguém pagar Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Francisco largou a agricultura familiar. Agora, ele trabalha de pedreiro. Ajuda vizinhos a erguerem suas casas.

As residências da colônia, que de agrícola não tem mais nada, são construídas a toque de caixa para dificultar qualquer tentativa de remoção. A estratégia é usada pela mineira Kelly Geane Ribeiro da Costa Moreira, 28 anos. "Quero que a casa fique pronta em 15 dias", comentou a mulher, na última quarta-feira, uma semana depois dos fiscais do Siviso tentarem derrubar a construção de três quartos. A ação foi interrompida após Geane e seus vizinhos entrarem em confronto com policiais militares. Houve chuva de pedras, paus e até dois tiros de um PM. Alguns invasores e policiais tiveram ferimentos leves. Só o muro da casa caiu.

Kelly Moreira diz ter comprado o lote irregular por R\$ 13 mil e ter gasto mais R\$ 20 mil na construção da casa. Faltam apenas o telhado e o acabamento. Ela e os demais moradores da invasão esperam a legalização do loteamento até o fim do ano que vem, durante a campanha eleitoral. "A Terracap não reivindica mais a terra na Justiça e o processo de regularização foi aberto há um ano e meio", comenta a presidente da Aspreas.

Coisa de quadrilha

O que mais preocupa o Siviso são as invasões em massa, como as que deram origem à Estrutural e ao Itapoá, hoje denominadas vilas e em processo de legalização. Grupos de invasores são organizados por associações financiadas por políticos e grileiros para ocupar terras e pressionar o governo a distribuir lotes. Hoje, o Distrito Federal tem sete áreas cobçadas por essa gente. Baseada em relatórios do Serviço de Inteligência da Polícia Militar, a direção do Siviso acredita que esses terrenos podem ser invadidos a qualquer momento.

"Essas ocupações são promovidas por pseudo-cooperativas. Quadrilhas agem por detrás dos movimentos. Usam o povo como massa de manobra", diz o tenente-coronel Sérgio Augusto Pühle, diretor do Siviso. Ele lembra a dificuldade em remover esse tipo de ocupação. As equipes de Siviso precisam se concentrar em uma única área por várias semanas, o que facilita a proliferação de invasões em outras regiões. Além disso, as operações para retirar as famílias são sempre delicadas, com riscos iminentes de conflito.

Para o pesquisador José Carlos Coutinho, as invasões são resultado da política praticada no DF na década de 90. Ele lembra que na capital do país é comum a troca de lotes por votos. "Teve muita gente que se valeu desse sistema. Existiu e existe muita convicção política com irvasões", afirma o professor da UnB.

Só a Organização das Associações Habitacionais do DF (OAH) tem em seu cadastro 76 associações, que reúnem cerca de 3.200 famílias. De acordo com o presidente da OAH, José Paulino da Silva Neto, 37 anos, nenhuma das cooperativas ligadas à entidade pratica ocupações. "Nós trabalhamos de acordo com os programas do governo. Mas existem outras, que conheço só de nome", admite. No entanto, no último dia 22, o presidente da entidade teve que

prestar depoimento à Polícia Civil, suspeito de planejar uma ocupação em massa.

O diretor do Siviso, Sérgio Augusto Pühle, diz que o órgão mantém as invasões em níveis toleráveis, bem diferente do que ocorria antes de 2000. Naquela época, o Sistema tinha 15 servidores e quatro carros para fiscalizar todo o DF. Hoje, são 90 agentes e 29 veículos. Todas as administrações regionais contam com equipes de vigilância.

Para torcida ver

José Coutinho concorda que o GDF, nos últimos anos, tem se preocupado em conter as invasões. Mas, na avaliação do especialista, as ações demoram. "Acho que o governo está fazendo o papel dele. Mas está fazendo tarde. É jogo para torcida ver. Não acredito que o Siviso vá conseguir controlar isso. A coisa já saiu do controle", acredita.

No último final de semana, o governo mobilizou cinco mil pessoas, entre agentes do Siviso, policiais militares e civis, para monitorar uma série de invasões em massa, programada para acontecer em seis cidades do DF. Inquérito foi aberto na Divisão de Repressão ao Crime Organizado da Polícia Civil para investigar o episódio. Quatro pessoas estão indicadas por formação de quadrilhas. Entre elas, o deputa lo distrital José Edmar (Prona-DF).

A mais recente ocupação em massa ocorreu em setembro de 2004, próximo a Quadra 425/427 de Samambá. O Siviso passou dois meses no local. Os agentes precisaram realizar 11 grandes operações. No final, removeram 2.977 barracos. Os fiscais tiveram muita dificuldade na invasão ocorrida em abril, na área que se estende da QNP 36 até a QNP 26, no Setor P Sul de Ceilândia. Tiveram que fazer 20 operações. Depois de três meses de ação, 2.810 barracos acabaram no chão.